



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
2ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1003995-33.2015.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Busca e Apreensão Em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária**
 Requerente: **Banco Pan S/A**
 Requerido: **Joao Antonio Gatto Junior**

Juiz de Direito: **Dr. Marcelo Luiz Seixas Cabral**

Vistos.

BANCO PAN S/A propôs ação de busca e apreensão em alienação fiduciária em face de **JOÃO ANTONIO GATTO JÚNIOR**. Aduziu que em 19/07/2013 firmou contrato de financiamento com o requerido, entretanto o mesmo encontra-se inadimplente no montante atualizado de R\$ 78.559,08. Requereu busca e apreensão do veículo descrito na inicial.

A liminar foi deferida (fl. 34).

Deferiu-se ainda o bloqueio de circulação do veículo (fl. 57).

O requerido se manifestou às fls. 80/93. Alegou, em suma, que o veículo e contrato são objeto de outra ação judicial, em trâmite perante a 3ª Vara Cível desta comarca, Processo nº 1000237-46.2015.8.26.0566, bem como tem a intenção de uma renegociação amigável com o autor. Requereu a restituição do veículo e que a requerente seja responsabilizada por todas as despesas inerentes à apreensão do veículo.

Houve a citação, conforme fl. 99.

Indeferiu-se o desbloqueio à fl. 101, pedido pela requerente.

Juntou-se ofício de fls. 125/145, trazendo aos autos as principais peças do processo acima mencionado.

É o relatório.

Fundamento e decidido.

O feito prescinde de dilação probatória ou diligências, estando apto a julgamento, consoante artigo 330, inciso I, do Código de Processo Civil.

Trata-se de ação de busca e apreensão fundamentada nos artigos 1º e 3º do Decreto-lei 911/69.

O requerido não purgou a mora, tampouco apresentou qualquer matéria obstativa à pretensão do autor. Apenas alegou que estava em trâmite processo judicial para revisão do



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
2ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

contrato.

Por cautela, após solicitado, vieram aos autos, às fls. 125/145, as principais peças do processo judicial revisional (nº 1000237-46.2015.8.26.0566 da 3ª vara cível local). Assim, restou evidente que o contrato entre as partes continua íntegro e intacto, pois apenas houve o provimento jurisdicional para o reembolso de uma despesa.

Com efeito, tenho que o réu deixou de cumprir a obrigação contratual de efetuar o pagamento das prestações no vencimento, dando causa à resolução do contrato. Além disso, os documentos acostados aos autos – notadamente o contrato de fls. 21/26 – dão suporte à pretensão do autor.

Portanto, as afirmações da parte estão comprovadas nos autos, e o réu não impugnou as alegações a contento.

A procedência é, pois, de rigor.

Diante do exposto, **JULGO PROCEDENTE** o pedido inicial para declarar resolvido o contrato e consolidar nas mãos do autor o domínio e a posse plena e exclusiva do veículo descrito na inicial, cuja apreensão torno definitiva e livre de pagamento relativo a infrações de trânsito, IPVA e demais sanções de responsabilidade do requerido.

Cumpra-se o disposto no art. 2º do Decreto Lei nº 911/69, oficiando-se ao DETRAN para informar que o requerente está autorizado a proceder à transferência do veículo a terceiros que ele indicar.

Condeneo o requerido ao pagamento das despesas, custas do processo e honorários advocatícios que arbitro em 10% sobre o valor da causa.

Havendo requerimento neste sentido, proceda-se o desbloqueio do veículo.

P.R.I.C. e ao arquivo, oportunamente.

MARCELO LUIZ SEIXAS CABRAL

Juiz de Direito
 (assinado digitalmente)

São Carlos, 16 de maio de 2016.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**